

Unidade do Caribe em apoio à ativista Latoya Nugent do *Army Tambourine*

Como integrantes da região do Caribe e da diáspora, estamos indignadas/os com as acusações absurdas e sem fundamento de “comunicação maliciosa” sob a Seção 9 (1) do Ato de Crime Informático de 2015 perpetradas pelo estado jamaicano contra a ativista e defensora dos direitos humanos Latoya Nugent.

Estamos também indignadas/os com o tratamento injusto e a hostilidade durante sua prisão na qual lhe foi negada tratamento médico quando necessário. Além disso, acreditamos, assim como outras/os ativistas em toda a região, que Latoya está sendo acusada em resposta direta ao seu ativismo contra a violência sexual. Especificamente, ela está sendo alvejada por interpelar perpetradores de violência. Mesmo aliviadas/os com as mais recentes notícias (22 de março) de que a fiança de Latoya foi estendida, ela ainda enfrenta acusações da justiça enquanto o estado jamaicano tenta silenciar o trabalho dela e o trabalho de outras/os ativistas de direitos humanos. Acreditamos que Latoya é inocente das acusações e apoiamos sua intenção de lutar contra elas.



Nós apoiamos Latoya Nugent e o *Army Tambourine*

Esperamos que ela tenha seus direitos respeitados pela justiça.

O trabalho do *Army Tambourine* é necessário para reduzir o flagelo da violência sexual e garantir os direitos e a liberdade de mulheres e crianças na Jamaica. O seu trabalho reflete o crescente e recente movimento em toda a região para acabar com violência com base em gênero. O foco na Jamaica conduzido pelo *Army Tambourine* é no empoderamento das sobreviventes e na quebra do silêncio em torno do abuso sexual e da violência contra mulheres e meninas. Este é um trabalho essencial para a criação de mudanças em nossas comunidades em toda a região. O estado jamaicano deveria apoiar estes esforços em vez de alvejar ativistas que ousam falar contra a violência.

O que aconteceu a Latoya não é algo específico da Jamaica.

Em toda a região do Caribe, temos visto uma tentativa crescente de promulgar uma legislação repressiva para o crime informático que falha em proteger as/os mais vulneráveis e marginalizadas/os em nossas comunidades; e que, pelo contrário, tenta silenciar e criminalizar a dissidência e a organização dos direitos humanos. Quando imagens não apropriadas e vídeos de meninas, meninos e crianças são amplamente distribuídas pela Internet, o compromisso do Estado com sua própria legislação e os direitos humanos permanece em silêncio.

Quando lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer e pessoas intersexo sofrem *bully* e assédio online, onde está o compromisso do Estado com os direitos humanos e com seu povo? O Estado não deveria poder escolher os direitos de quem vale a pena proteger e aqueles cujas vidas não valem a pena.

Reconhecemos que a Internet é frequentemente usada como um espaço para defensoras/es dos direitos humanos disseminarem informações, organizarem-se, advogarem e se mobilizarem

Em acordo com isso, precisamos de plataformas de segurança digital que não apenas concentre, mas que proteja os direitos humanos.

A Associação dos Direitos das Mulheres em Desenvolvimento (Association of Women's Rights in Development/AWID) em nosso Relatório "Our Right to Safety" (Nosso Direito à segurança), notou que muitos "(...) dos casos nos quais as/os defensoras/es de direitos humanos têm sido acusadas/os de difamação, em alguns casos, de blasfêmia, elas/es têm publicado artigos, postagens para blogs ou tuítes ou expressado opiniões em público".

Ameaças de morte, perseguição online, manipulação de imagem e assédio continuam a ser dirigido às/aos defensoras/es de direitos humanos por meio do uso de mensagens de textos, e-mails e outras plataformas de mídia digital. Isto salienta a necessidade descriminalizar a dissidência online; não precisamos ser criminalizadas/os, precisamos ser protegidas/os!

Todas/os nós estamos impactadas/os com a prisão de Latoya

Na medida em que os espaços democráticos continuam a reduzir, ao mesmo tempo em que esta redução vem sendo acompanhada pelo crescimento policial, do estado de vigilância e da repressão, reconhecemos a urgência e a necessidade manter espaços para a organização e a desobediência civil. Exigimos que nossos direitos humanos fundamentais à resistência e à mobilização sejam respeitados. Nós convocamos o governo da Jamaica, especificamente a Diretora do Ministério Público Paula Llewellyn que tem demonstrado interesse neste caso, a abandonar todas as acusações contra Latoya Nugent.

Quando o Estado preocupa-se com a prisão de defensoras/es dos direitos humanos ao invés de advogar pelo bem-estar de seu povo, nós, o povo, não somos mais uma prioridade. É tempo de todas/os nós nos tornarmos uma prioridade.

Nós não abdicaremos de nosso apoio a Latoya

Nós nos manteremos inabaláveis em nosso compromisso com os direitos humanos e a justiça. Mesmo quando as nossas vozes se rompem, não seremos silenciados.

Como **Assata Shakur** nos lembra:

“É nosso dever lutar por nossa liberdade.

É nosso dever vencer.

Devemos nos amar uns/umas aos/às outros/as.

Não temos nada a perder a não ser nossas correntes”.

Em solidariedade e apoio,

- **Kimalee Phillip**,
- Association for Women’s Rights in Development (AWID)
- **Samantha Peters**, ativista e educadora
- **Malaika Brooks-Smith-Lowe**, cofundadora Groundation Grenada
- **Damarlie Antoine**, educadora e feminista
- **Ayisha John**, Groundation Grenada
- **KizzyAnn Abraham**, ativista Key Populations
- **Maureen St.Clair**, educadora para a paz/ativista/
- **Angelique V. Nixon**, CAISO sex & gender justice; IGDS UWI Trinidad
- **Stephanie Leitch**, Fundadora WOMANTRA
- **Beverly Bain**, Lecturer, ativista feminist e educador, University of Toronto
- **Nicole Hendrickson**, cofundadora e liderança Firecircle
- **Atillah Springer**, escritora e ativista; Say Something TT
- **Tonya Haynes**, Code Red & Catchafyah Feminist Network; IGDS UWI Barbados
- **Peter Weller**, Caribbean Male Action Network (CariMAN)
- **Caroline Allen**, Pesquisadora na área de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos
- **Amina Doherty**, Association for Women’s Rights in Development (AWID)
- **Alicia Wallace**, Diretora, Equality Bahamas
- **Gabrielle Hosein**, CAFRA; IGDS UWI Trinidad
- **Hazel Brown**, Network of NGOs of Trinidad and Tobago for the Advancement of Women

- **ReunkaAnandjit**, IGDS UWI Trinidad
- **Sunity Maharaj**, Side by Side, Trinidad and Tobago
- **Elyse Marcellin**, independent activist
- **Tyrone Buckmire**, Caribbean Male Action Network (CariMAN) Grenada
- **Abbas Mancey**, Caribbean Male Action Network (CariMAN) Guyana/ Canada
- **Marlon Bascombe**, Caribbean Male Action Network (CariMAN) Trinidad y Tobago
- **Vidyaratha Kissoon**, Caribbean Male Action Network (CariMAN) Guyana